

DIMENSÕES DOCENTES. Porto Alegre, v.1, n. 1, 2024.

## **Ser professor em tempos difíceis, mas não impossíveis: enfrentando a violência no campo educativo<sup>1</sup>**

*Being a teacher in difficult but not impossible times: facing violence in the  
educational field*

*Ser profesor en tiempos difíciles, pero no imposibles: enfrentando la  
violencia en el campo educativo*

Douglas Manoel Antonio de Abreu Pestana dos Santos<sup>2</sup>

 0000-0002-1861-0902

**RESUMO:** Este artigo aborda a docência contemporânea em um contexto em que a violência emerge como uma questão de extrema relevância. Questiona-se se o professor pode, por meio de sua Unidade Curricular, prevenir a manifestação de comportamentos violentos por parte de seus alunos. Além disso, destaca-se a importância de examinar o perfil do "estudante violento", as possíveis raízes desse comportamento e como os educadores podem lidar com situações extremas. Adotando uma abordagem dialética, são enfatizados aspectos como a violência no ambiente escolar, as disparidades entre os alunos que podem desencadear atos violentos, o papel do professor como figura de confiança e autoridade. Vale ressaltar que a violência discutida não se limita ao espaço físico da instituição escolar, ampliando-se para a realidade social mais ampla. A compreensão desses elementos é crucial para promover um ambiente educacional seguro e propício ao desenvolvimento pleno dos estudantes.

**PALAVRAS-CHAVE:** Violência; Ambiente Escolar; Educação Humanizadora; Papel do Professor.

**ABSTRACT:** This article examines contemporary teaching in a context where violence emerges as an extremely relevant issue. It questions whether teachers can, through their Curricular Unit, prevent the manifestation of violent behavior by their students. Furthermore, it emphasizes the importance of examining the profile of the "violent student," the possible roots of this behavior, and how educators can deal with extreme situations. Adopting a dialectical approach, aspects such as violence in the school environment, disparities among students that may trigger violent acts, the role of the teacher as a figure of trust and authority are highlighted. It is worth noting that the discussed violence is not limited to the physical space of the school but extends to the broader social reality. Understanding these elements is crucial to promote a safe educational environment conducive to the full development of students.

**KEYWORDS:** Violence; School Environment; Humanizing Education; Teacher's Role.

**RESUMEN:** Este artículo aborda la docencia contemporánea en un contexto en el que la violencia emerge como una cuestión de extrema relevancia. Se cuestiona si el profesor puede, a través de su Unidad Curricular, prevenir la manifestación de comportamientos violentos por parte de sus alumnos. Además, se destaca la importancia de examinar el perfil del "estudiante violento", las posibles raíces de este comportamiento y cómo los educadores pueden manejar situaciones extremas. Adoptando un enfoque dialéctico, se enfatizan aspectos como la violencia en el ambiente escolar, las disparidades entre los alumnos que pueden desencadenar actos violentos, el papel del profesor como figura de

---

<sup>1</sup> \* Artigo produzido na disciplina metodologia arqueológica Participativa (MAP) da Universidade Federal de São Paulo, no Doutorado em Educação e Saúde na Infância e na adolescência

<sup>2</sup> Mestre e Doutor em Educação. Universidade Federal de São Paulo. E-mail [douglas.pestana@unifesp.br](mailto:douglas.pestana@unifesp.br)

confianza y autoridad. Vale resaltar que la violencia discutida no se limita al espacio físico de la institución escolar, ampliándose a la realidad social más amplia. La comprensión de estos elementos es crucial para promover un ambiente educacional seguro y propicio al desarrollo pleno de los estudiantes.

**PALABRAS CLAVE:** Violencia; Ambiente Escolar; Educación Humanizadora; Papel del Profesor.

## Considerações sobre a violência

*Esqueci-me no tempo. Perdido na selva de neurônios entrelaçados em pequenas fagulhas elétricas...* (Santos 2022)

Para considerarmos o professor como agente preventor da violência, é necessário a compreensão do conceito da violência, seus tipos, surgimento e suas consequências. De acordo com Abbagnano (2007), em seu Dicionário de Filosofia, a violência é a “ação contrária à ordem ou à disposição da natureza”. Em outras palavras, conceitua-se violência como ação que contrarie a ordem moral, política ou jurídica.

Primeiramente, é preciso distinguir a violência da indisciplina. Embora a indisciplina seja um grande problema enfrentado pelos educadores, o objetivo da presente pesquisa é alguns apontamentos sobre a prevenção de atos violentos cometidos por estudantes dentro ou fora da escola.

Ao tratarmos das diferenças, veremos que, enquanto a indisciplina interfere no aprendizado, a violência, além de infringir regras de convivência, bem jurídicos fundamentais, como a integridade física, psíquica e a paz de espírito.

Garcia (2001) ensina que a indisciplina é uma questão relativa ao comportamento: “devemos conceber a indisciplina como fenômeno de aprendizagem, superando sua conotação de anomalia, ou de problema comportamental a ser neutralizado através de mecanismos de controle”. Para o autor, o estudante indisciplinado vai além daquele que desobedece a comandos superiores, mas aquele que prejudica seu desenvolvimento cognitivo, moral e atitudinal.

Ainda, segundo Aquino (2014), a indisciplina é uma ruptura dos pactos coletivos, uma afronta aos códigos normativos em determinado contexto institucional, seja pela obscuridade ou pela rigidez excessiva das normas e das condutas ali estabelecidas, seja por sua implausibilidade ou mesmo por sua ineficácia.

Se tomado como ocasião de interpelação do presente escolar, o ato indisciplinado talvez fizesse lembrar que educação é o resíduo do embate narrativo diuturno entre mais velhos e mais jovens, o qual se desdobra em

uma exígua zona de confiança, entre ambos. Apenas isso. (AQUINO, 2014, p. 98-99).

Já a violência, para Guimarães (1996), “seria caracterizada por qualquer ato [...] que, no sentido jurídico, provocaria, pelo uso da força, um constrangimento físico ou moral”. Guimarães sustenta que os problemas apresentados pelo estudante violento, por exemplo, agressões físicas e verbais, não podem ser vistas como indisciplina, que tem conceito diferente. Dessa forma, ambas merecem tratamentos distintos, pois não são condutas sinônimas.

A violência em debate não é aquela que ocorre tão somente dentro do ambiente escolar, mas também fora dele, deixando marcas na sociedade, na vítima da violência e no próprio sujeito violento. Uma vez que o estudante comete condutas antissociais, tal fato pode se repetir fora do ambiente escolar. É necessário, então, abranger a problemática da violência dentro e fora da escola.

Conforme veremos, a escola tende a excluir o estudante violento, contudo, não se atenta ao fato de que o excluído poderá continuar a perpetrar atos violentos em outros locais. Para Arroyo (2007), quando a escola omite a violência, a tendência é que ela pratique atos de exclusão do “aluno problema”, expulsando-o do convívio no ambiente escolar, jogando-o a sociedade, onde continuará a cometer atos violentos, agora fora do ambiente escolar:

(...) se a violência infanto-juvenil incomoda, apenas, porque ameaça a paz nas escolas, se as soluções encontradas são extirpar todo sinal de violência interna, expulsando os alunos tidos como violentos, jogando-os indefesos nas violências das cidades (ARROYO, 2007, p. 88).

Para Arroyo, quando um estudante comete atos violentos e ameaça à paz social dentro do ambiente educador, a solução imediata seria a de retirá-lo do convívio com os demais. Todavia, em que pese que a situação tenha beneficiado a escola em questão, o estudante praticante de atos violentos, embora não mais tenha a condição de aluno, poderá continuar a ser um sujeito com atitudes violentas, cometendo-as agora em outro local.

Na esteira desta discussão, não podemos deixar de acentuar o cuidado necessário ao conectarmos a violência escolar como uma consequência da violência fora da escola, assim, Aquino (2014) nos alerta para a distinção entre a violência “na” escola e a violência “da” escola. No primeiro caso, trata-se das marcas da criminalidade do entorno escolar que se presentifica no interior das escolas. No segundo, trata-se das manifestações que têm sua

gênese no interior da escola e que, portanto, possuem relação direta com as relações institucionais ali protagonizadas.

Outrora continua o autor, a gênese da violência vivenciada no cotidiano escolar não portaria uma polaridade única e exclusiva, mas seria algo decorrente de uma relação intolerante e, por vezes, belicosa entre os agentes escolares e o alunado, e particularmente da relação professor-aluno quando ausente de respeito e compreensão.

A compreensão da violência é essencial para lidarmos de forma eficaz com seus desdobramentos na sociedade, especialmente no ambiente escolar. Como mencionado por Drawin (2011), a raiz etimológica da palavra "violência" traz consigo a ideia de veemência, impetuosidade e força, revelando a natureza multifacetada desse fenômeno. Žižek (2009) aprofunda essa compreensão ao destacar três formas distintas de violência manifestadas no tecido social.

A violência subjetiva, muitas vezes evidente e sensível, ocorre por meio de ações de agentes sociais identificáveis, como indivíduos considerados malévolos ou aparelhos repressivos. Na escola, é essa forma de violência que frequentemente ganha destaque, expondo as fragilidades das estruturas sociais em conter impulsos agressivos. No entanto, é fundamental reconhecer que a violência vai além dessas manifestações explícitas.

A violência simbólica, mais sutil, se manifesta nas palavras, nomeações e classificações, muitas vezes passando despercebida. Ela pode ter efeitos insidiosos, contribuindo para a proliferação de comportamentos violentos de maneira velada. A escola, sendo um espaço de transmissão e crítica da língua, tem o potencial tanto de combater quanto de perpetuar essa forma de violência.

A violência objetiva ou sistêmica está enraizada nas relações sociais, políticas e econômicas, sustentando a dominação e a exploração. Ela utiliza vários mecanismos, incluindo a violência simbólica e, em muitos casos, a violência física direta. Essa forma de violência pode ser observada em instituições sociais, incluindo as escolas, onde reproduz desigualdades e discriminações presentes na sociedade.

A compreensão da violência estrutural, conforme apresentada por Arendt (2000), é fundamental para entendermos como ideologias sociais podem gerar exclusões e discriminações que se refletem nas escolas. O poder e a violência, como fenômenos opostos, estão intrinsecamente relacionados, pois a desintegração do poder pode levar à violência. Assim, é crucial abordar a violência de forma holística, considerando não apenas suas

manifestações diretas, mas também suas raízes simbólicas e estruturais na sociedade.

Assim, nesta reflexão inicial, se respalda a necessidade de ações efetivas para prevenir e abordar a violência no ambiente educacional, indo além das reações imediatas e buscando transformações profundas na forma como lidamos com poder, autoridade e desigualdades em nossa sociedade.

### **A educação humanizadora**

Estar exposto a situações de agressividade pode causar prejuízos ao desenvolvimento escolar, pessoal e social do adolescente (Benetti, Schwartz, Soares, Macarena, & Patussi, 2014; Grossi & Santos, 2009). A educação e a humanização caminham juntas. O objetivo de educar é formar e transformar pessoas, tornando-os profissionais, cidadãos e, sobretudo, humanos. Arroyo (2007), traz a questão de forma assertiva: Para o autor, a escola talvez tenha se reduzido a formar profissionais, desconsiderando o caráter humano inerente ao campo educacional:

Talvez o sistema escolar tenha reduzido sua função a ensinar, a transmitir conteúdos, habilidades, competências para a inserção no mercado. Com relação à infância e à juventude, talvez tenha estado mais preocupado em torná-las empregáveis do que em entender os perversos processos de sua destruição por meio das diversas formas de violência. Entrar nesses debates contemporâneos sobre a infância, adolescência, juventude pode significar a percepção de que essas infâncias interrogam a função do sistema escolar e o reducionismo a que foi submetido nas últimas décadas. Secundarizar a entrada nesse debate pode ser uma forma de aumentar o isolamento da sociedade a que foi reduzido o campo da educação (ARROYO, 2007, p. 89).

Para Ecco e Nogaro (2015) uma educação autêntica promove a dignidade das pessoas, a capacidade de transformação, tornando-as humanas.

Não é apenas no ambiente escolar que as pessoas se transformam, aprendem e evoluem. O primeiro contato do ser humano, na fase inicial de sua vida, em regra, acontece com sua família. Porém, por diferentes razões, o seio familiar pode se apresentar falho ou deficiente. Sendo o caso, cabe exclusivamente à escola desempenhar todas as etapas de formação do estudante, transformando-o não apenas em um “agente conhecedor”, mas em um ser humano.

Para Cury (2018), é necessário um olhar atento às crianças desfavorecidas; crianças

em situação de rua, as vítimas de guerra ou de outras catástrofes, as crianças órfãs, devem se beneficiar de esforços concertados por parte dos educadores. Em analogia ao pensamento de Cury, incluímos as crianças marginalizadas e que, diante do cenário em que vivem, se tornam violentas, “indomáveis” ao olhar dos educadores. Ainda que os educandos estejam cercados de problemas sociais, a aplicação de uma prática educadora, humanista e transformadora pode minimizar os impactos das incertezas em que vivem.

Ecco e Nogaró (2015), trazem o método de educação libertadora, proposto por Paulo Freire, partindo do pressuposto de que a educação pode ser um instrumento apto a promover mudanças sociais, eis que a escola permite a compreensão da prática social e de suas relações.

Nesta perspectiva, corroboramos com Aquino (2014) quando afirma que é fundamental o professor fomentar entre os estudantes uma sólida efervescência intelectual, a qual se transformaria na espinha dorsal de certo espírito público. O que importa é o dever laborioso de ensinar a pensar o presente pelas mãos do passado, sendo este, o único meio de preservação do mundo que nos antecedeu e que nos sucederá.

Como afirma Arendt (1992) a existência de crianças nos impõe a dois tipos de obrigação: a continuidade da vida, a cargo do âmbito familiar, uma vez que as crianças são seres humanos em formação; e ainda, a preservação do mundo, a cargo do âmbito público, uma vez que elas são representantes de uma nova geração. Em síntese, o papel fundamental da escola é a engenhosa intermediação do mundo privado para o mundo público.

## **O ambiente escolar**

Dados obtidos pela Unesco mostram que o número de alunos inscritos nas escolas primárias e secundárias de todo o mundo passou de cerca de 250 milhões em 1960 para mais de um bilhão atualmente. Diante do expressivo número, é possível tentar enfrentar a problemática da violência por intermédio do próprio ambiente escolar.

Silva e Soares (2018) definem a escola como um espaço de convívio entre diferentes sujeitos sociais, que não apenas se reúnem com o único objetivo de transmitir conceitos acadêmicos, mas também de diálogos e reflexões, que são os principais meios de construção social. Para os autores, a escola se apresenta como meio fundamental para se abordar e desenvolver ações conscientizadoras, possibilitando uma mudança na convicção dos educandos mais violentos, e conseqüentemente, educando-os.

Nesse mesmo sentido, Cury (2006) define a instituição escolar como um lugar específico de transmissão de conhecimentos e de valores, que desempenha funções significativas para a vida do estudante e logo, para a vida social:

Ela faz parte da denominada socialização secundária como uma esfera pela qual, junto com outras, a pessoa vai sendo influenciada (e influenciando) por meio de grupos etários, da inserção profissional, dos meios de comunicação, dos espaços de lazer, da participação em atividades de caráter sociopolítico-cultural, entre outros (CURY, 2006, p. 104).

Assim, percebe-se que o processo de humanização se encontra inserido nas instituições escolares, que são lugares próprios do ensino, mas também exercem o importante papel na vida dos educandos que ali partilham de valores, emoções e as contradições da convivência social, incorporado nos princípios de igualdade, diferença e de respeito às regras do jogo democrático.

### **A análise do estudante violento**

Para melhor compreensão do fenômeno da violência deve se analisar, a princípio, o fato gerador da agressividade do educando.

As autoras Abramovay e Rua (2002) citam, entre os fatores externos, a exclusão social, racial e de gênero (pobreza e desemprego); a situação dos familiares (alcoolismo, drogas, violência doméstica); a influência dos meios de comunicação (televisão, internet, rádio) e o espaço social da escola (bairro violento, tráfico e prostituição).

Para Silva (2004), as condutas de indisciplina e de violência podem estar ligadas também, ao fato de os estudantes não carregarem consigo valores morais públicos como centrais em sua personalidade. Assim, não se trataria unicamente de uma condição de anomia, desvio das leis naturais, mas do fato de puro desconhecimento e falta de interesse por valores que não compreendem.

Segundo Lopes (2008), a violência ocorrida dentro das escolas está intimamente ligada aos padrões de relacionamento e de autoridade que se encontram em crise. Para o autor, “as rupturas de normas escolares e de convivência apontam para o fato de que os padrões que regiam estas relações já não encontram sustentação na sociedade.”

Caberia então à escola, a missão de revelar e despertar nos estudantes valores morais, em benefício não somente dos professores e colegas de sala, mas da sociedade, que receberá

em seu seio não um aluno, mas um cidadão.

Para Silva (2018), a ausência de valores morais poderá conduzir o problema a um círculo vicioso: a violência prejudicará o processo de ensino e aprendizagem e como é esse o processo humanizador, ele acabará não mudando sua condição violenta.

Contudo, o que a escola humanizadora propõe é justamente desconstruir barreiras. É necessário, então, encontrar meios para que os estudantes desenvolvam valores morais, desfazendo seus preconceitos, intolerâncias e hostilidades.

### **O papel do professor na socialização**

Nas postulações de Freud (1930/1996) sobre o mal-estar na cultura é de extrema relevância para compreendermos as complexidades dos relacionamentos humanos e as tensões inerentes à vida social. A impossibilidade de eliminar por completo as dificuldades e conflitos nas interações ressalta que a convivência, essencial para a formação humana, inevitavelmente traz consigo um peso de sofrimento. Esse sofrimento muitas vezes é agravado pelos relacionamentos mais próximos, influenciados pelos processos de identificação que moldam nossa subjetividade.

Essa perspectiva se alinha com a ideia de que, mesmo na educação, onde almejamos moldar e aprimorar indivíduos, existe uma dimensão ineducável em cada sujeito. Essa dimensão, ligada ao real pulsional, representa uma parte intrínseca e indomável de nossa natureza. Tentativas de erradicação dessa faceta ineducável podem, paradoxalmente, resultar em sua manifestação drástica e, por vezes, destrutiva.

A dualidade da ordem simbólica em relação à violência é uma observação profunda. Ela atua como um meio de mediação que busca resolver conflitos imaginários entre os indivíduos, mas, ao mesmo tempo, contém em si uma violência que pode superar a própria violência que procura conter. Essa dualidade é evidente nos mecanismos culturais e simbólicos que educam e disciplinam as pulsões, mas também buscam moldar os indivíduos de acordo com normas sociais.

Benjamin (1986) expôs a presença de elementos ameaçadores e coercivos no âmbito da lei e do direito. A análise desse poder revela que a manutenção da ordem social frequentemente está fundamentada em uma violência institucionalizada, que é velada, mas, de maneira crucial, necessária para a estabilidade cultural. A coerção simbólica e, por vezes,

física, que sustenta essa ordem, é, em certa medida, legitimada pela sociedade.

Na escola, essa dinâmica se reflete na abordagem em relação a alunos considerados "perigosos". Os dispositivos institucionais de controle buscam manter a ordem, e, muitas vezes, utilizam violência legítima para demonstrar autoridade e garantir a conformidade. No entanto, como Freud nos lembra, os sacrifícios exigidos pela vida comunitária podem ser encarados como um fardo pesado, e é nessa tensão que a violência simbólica encontra sua expressão.

É fundamental reconhecer essa complexidade para repensar as estruturas educacionais e sociais, buscando formas mais justas e equitativas de lidar com o mal-estar inerente à convivência humana e, ao mesmo tempo, preservar a necessidade de normas e ordem para o funcionamento da sociedade.

*Perrenoud (2004)* disserta sobre o papel dos professores, enquanto sujeitos próximos e de confiança dos estudantes, como preventores da violência:

Os alunos não precisam de guias espirituais, nem de catequizadores. Eles se constroem encontrando pessoas confiáveis, que não se limitam a dar aulas, mas que se apresentam como seres humanos complexos e como atores sociais que encarnam interesses, paixões, dúvidas, falhas, contradições, defeitos e virtudes, engajamento, atores que se debatem, como todo mundo, com o sentido da vida e com as vicissitudes da condição humana” (PERRENOUD, 2004, p. 54).

Para Perrenoud, o professor se vê diante de estudantes muito diferentes, cada qual com seus valores e preconceitos. Cada estudante traz consigo uma história de vida e educação familiar, onde também se inserem o racismo, o sexismo, o nacionalismo, a intolerância religiosa ou política.

O comportamento violento de alguns estudantes aflora quando são inseridos na unidade escolar, no convívio com diferentes pessoas. E são os choques provocados pelas diversidades entre eles que causam conflitos que podem desencadear a violência.

Cabe aos professores saberem instaurar o diálogo e respeito mútuo, mas também se posicionar com autoridade. Segundo *Perrenoud*, “é graças a essa autoridade que a escola pode funcionar como um espaço protegido”. O autor ressalta a importância do professor em aplicar regras claras, para que os estudantes tenham a noção de que a vida em comunidade exige a aplicação e tais regras para que seja possível a convivência social.

Trata-se da atitude cabal: a amizade intelectual. Trata-se da atitude daqueles professores que não desejam nem fomentam nenhuma admiração pessoal, nenhum compartilhamento de intimidades, nenhuma sedução para agradar o alunado. São rigorosos, mal-humorados até, exatamente porque não negociam com seu posto laboral. Por isso, pagam um alto preço por suas escolhas: apenas alguns alunos os compreenderão mais tarde, quando já não estiverem mais por perto (AQUINO, 2014, 180-181).

Contudo, é importante ressaltar que o professor, na sua condição de ser humano, carrega emoções, tensões e sentimentos, o que torna árdua a tarefa de lidar com os conflitos existentes no meio escolar. Segundo Lopes (2010), estudos revelam um desestímulo dos professores ao enfrentarem a sala de aula e terem que lidar com conflitos que estão além de sua formação:

(...) estudos revelam que o desestímulo em relação à profissão docente pode começar desde os estágios iniciais na graduação. O “choque com a realidade”, aqui já mencionado, refere-se, vale repetir, ao distanciamento existente entre o que é discutido na academia e a realidade concreta experienciada na sala de aula (LOPES, 2010, 28).

Para Silva (2004), a existência e funcionamento da sociedade exige indivíduos educados – socializados. E qual seria o papel do professor em manter a existência da sociedade? A vivência em sociedade depende da obediência de normas, sejam elas legais ou sociais. Enquanto as normas legais estão vinculadas ao Poder Público, as normas sociais são formadas pelas tradições e cultura local. Fato é que para um bom convívio social, deve-se seguir tais normas.

A presença do professor, enquanto autoridade, traz aos educandos a necessidade da obediência a norma.

Para Silva (2018), é possível depreender dos estudos de Piaget, Freud e La Taille, que o processo civilizador só ocorrerá por meio do encontro entre professor e estudante. O autor defende que o educador deve ser uma autoridade de fato, reconhecida como tal e não uma figura autoritária, imposta pelo Estado.

Guimarães (1996) argumenta que uma questão central pode residir na tendência de o docente adotar uma postura normalizadora, sob a premissa de que tal abordagem mitigaria conflitos. No entanto, as dinâmicas de efervescência observadas em ambiente de sala de aula são caracterizadas pela instabilidade nas interações entre estudantes, refletindo suas

divergências e vulnerabilidades. A manifestação espontânea de coesão entre os alunos atua como um mecanismo de resistência contra práticas autoritárias. Destarte, evidencia-se que o incremento de medidas repressivas correlaciona-se com um aumento na violência, uma vez que os estudantes tendem a consolidar suas forças em prol da preservação da integridade grupal.

Desse modo, não se identifica uma metodologia prescritiva universal para a gestão dessas situações. A resolução de conflitos envolvendo violência e indisciplina elude uma formulação de solução definitiva. Conforme sustentado por Guimarães (1996), o conflito é um elemento inerente à realidade educacional, compelindo o educador a constantemente navegar por entre as turbulências cotidianas, ajustando suas estratégias às limitações e imposições institucionais.

### **Possíveis soluções pedagógicas**

Ao se deparar com o estudante dotado de comportamento violento, os professores e professoras tendem a excluí-lo ou segregá-lo a um grupo “especial”. Tal comportamento é, até certo ponto, compreensível, já que o medo e a autodefesa são inerentes ao ser humano.

Ocorre que, a partir do momento que a escola passa a excluir estudantes com práticas que podem gerar a violência e passa a selecionar apenas estudantes humanizáveis, ela dispensa o processo de humanização dentro da unidade escolar, tendendo a abolir um dos papéis mais relevantes que a pedagogia possui. Nesse sentido, Arroyo (2007) discorre:

Quando as possibilidades de humanização e de educabilidade são vistas como uma exceção, inclusive desde a infância, a Pedagogia se autodestrói. Será possível reverter essa visão tão pessimista e essa redução do fazer educativo como uma tarefa de exceção? Para poucos? As violências infanto-juvenis e, sobretudo, os embates que vêm provocando podem destruir as crenças que justificaram por séculos a Pedagogia: acreditar nas possibilidades de todo ser humano, desde a infância, se tornar humano, acreditar que toda criança-adolescente é perfectível. Quando essa crença inerente ou constituinte da Pedagogia se perde, o pensar e fazer pedagógicos perdem seu sentido histórico, social e cultural (ARROYO, 2007, p. 81).

Para Arroyo, existe uma cultura escolar com parâmetros tradicionalmente fixados, de

forma que a introdução de uma nova categoria, a dos ‘alunos violentos’, demanda a introdução de dimensões humanas mais segregadoras. Arroyo avalia que os impactos não serão apenas nos processos tradicionais, como os de enturmação, avaliação, aprovação-reprovação etc., mas com “impactos nos processos de desenvolvimento humano, ético, cultural, identitário de coletivos segregados como violentos” (p. 218).

A categorização de crianças e adolescentes como um segmento intrinsecamente violento, frequentemente marcado por estigmas de selvageria e delinquência, repercute negativamente no processo de construção de sua identidade. Arroyo (2007) questiona a capacidade dos profissionais envolvidos nesses processos sensíveis de oferecer o acompanhamento adequado. A marginalização do chamado "aluno problema" culmina em rotulações duradouras, deixando o estudante etiquetado como "problemático" à deriva quando excluído do contexto educacional, transformando-o em um cidadão desorientado.

Colombier e Perdriault (1989) defendem que abordar a violência por meio de práticas educacionais possibilita a substituição da agressividade descontrolada por comportamentos socialmente aceitáveis.

Lopes (2008) salienta a importância de uma vigilância ativa nos diversos ambientes escolares, frequentemente cenários de violência, por parte de agentes educacionais. Estes profissionais têm o potencial de organizar atividades lúdicas estruturadas como estratégia para prevenir comportamentos antissociais.

Martins (2004) concebe o indivíduo como um ser em constante formação e autoformação, enfatizando que a essência do processo educacional reside na humanização. Neste contexto, o papel do educador emerge com crucial relevância, pois ele atua diretamente na modelagem do sujeito através da educação. Esta, por sua vez, desempenha um papel primordial no processo de construção e transformação social.

Do ponto de vista teórico, é possível apreender que os autores e pesquisadores acima mencionados buscam demonstrar que a escola ultrapassa o papel de formação para o mercado de trabalho. Em que pese a necessidade de formação para o trabalho fazer parte do discurso social, é importante considerar a necessidade de uma formação mais holística, que tenha como pressuposto, a educação para o mundo da vida e para o mundo social do trabalho.

A concepção da escola como um espaço primordial para a humanização e para a promoção da socialização e sociabilidade implica uma reflexão profunda sobre a função social da educação e o papel dos educadores nesse processo. Para que a escola cumpra seu

papel de agente transformador e humanizador, é imperativo que se estabeleça um debate abrangente e multidisciplinar sobre a formação docente, visando capacitar os professores a reconhecerem e atuarem efetivamente nessa missão.

Quem precisa debater? O debate sobre a formação e atuação docente deve envolver uma ampla gama de participantes, incluindo:

- ✓ Educadores e professores de todos os níveis de ensino;
- ✓ Pesquisadores e teóricos da educação;
- ✓ Políticos e gestores públicos responsáveis pela política educacional;
- ✓ Comunidade escolar, incluindo pais, alunos e funcionários;
- ✓ Organizações não governamentais e instituições que atuam na área da educação.
- ✓ Como e de que modo debater? O debate deve ser estruturado de maneira inclusiva e colaborativa, empregando diferentes métodos e fóruns, tais como:
- ✓ Seminários e conferências que reúnam especialistas da educação para discutir práticas pedagógicas inovadoras e modelos de formação docente;
- ✓ Grupos de trabalho e pesquisa que desenvolvam estudos e propostas concretas para a reformulação curricular dos cursos de formação de professores;
- ✓ Plataformas digitais e redes sociais para ampliar o acesso ao debate e engajar um público mais vasto, incluindo a participação ativa dos alunos;
- ✓ Parcerias entre instituições de ensino superior, escolas e órgãos governamentais para implementar projetos piloto e programas de desenvolvimento profissional contínuo.
- ✓ Impacto nos alunos e professores A reestruturação da formação docente com foco na humanização e na socialização proporciona múltiplos benefícios para alunos e professores:

#### **Para os alunos:**

Promove um ambiente de aprendizagem mais acolhedor e inclusivo, onde o respeito mútuo e a valorização das diferenças são a base da convivência;

Desenvolve competências sociais e emocionais, preparando os alunos não apenas academicamente, mas também para os desafios da vida em sociedade;

Estimula a formação de cidadãos críticos, conscientes e engajados, capazes de contribuir para a transformação social.

#### **Para os professores:**

Amplia a compreensão sobre o papel do educador como agente de humanização, além

do mero transmissor de conteúdo;

Enriquece o repertório de estratégias pedagógicas, permitindo abordagens mais eficazes e empáticas na gestão de conflitos e na promoção da aprendizagem significativa;

Fomenta a valorização profissional e a satisfação no trabalho, ao reconhecer a importância e o impacto de sua atuação na vida dos alunos e na sociedade como um todo.

Aprimorar a formação e a prática docente em torno dos pilares da humanização e socialização transforma a escola em um espaço de desenvolvimento integral, contribuindo significativamente para a construção de uma sociedade mais justa, empática e coesa.

Esta análise propõe uma abordagem conceitual e teórica acerca do papel do docente enquanto agente preventivo ou mediador de conflitos e na redução de comportamentos violentos por parte dos discentes. Contudo, faz-se mister elencar alguns elementos, ainda que de forma preliminar, sob um prisma que abrange o sistema e as condições sociais em que o ambiente escolar se encontra imerso. Como resultado desta exploração, destacam-se algumas questões para o debate:

a] Comumente se propaga a ideia de que “a escola é o espaço de ‘transmissão’ do conhecimento, e a educação se origina no lar”. No entanto, essa proposição revela uma complexidade notável: a instituição escolar emerge como um espaço primordial de sociabilidade e, sob a perspectiva de Paulo Freire, constitui-se como o domínio da educação, cuja essência transcende a simples transmissão de saberes. Paralelamente, a dinâmica da globalização neoliberal engendra o que Milton Santos categorizou como a perversidade (2000), delineando, por exemplo, o cenário brasileiro por meio da precarização da existência da maior parcela da população, a qual persiste sob condições carentes de dignidade humana elementar. Tal realidade repercute nos modos de vida, nos conflitos intracomunitários e domésticos e, conseqüentemente, na formação educacional das crianças, precocemente afetadas pela degradação laboral e pela miséria.

b] A efetivação da universalização da educação básica, mencionada na Constituição Federal de 1988, exigiu alguns anos para sua completa normatização através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB-EN), sancionada por Darcy Ribeiro em 1996. Anteriormente a essa regulamentação, a ampliação do acesso à educação no Brasil se encontrava numa fase embrionária. Tal condição implica que a vasta maioria da população brasileira somente obteve acesso real à educação pública e isenta de custos no contexto do sistema educacional tripartite em tempos relativamente recentes.

Deste modo, conceber a escola meramente como um veículo de transmissão de conhecimento, à luz da crítica de Paulo Freire à educação bancária, configura-se uma utopia. É imperioso reconhecer a escola como um bastião de sobrevivência para as comunidades. Exemplificativamente, existem pais que encaminham seus filhos à escola motivados pela oferta de alimentação. Ademais, há comunidades, especialmente as vinculadas às escolas rurais, cuja existência se atrela quase exclusivamente à presença da instituição educativa. A centralização escolar pode extinguir o único ponto de referência para algumas dessas comunidades. Portanto, a consolidação de um ambiente educacional que simultaneamente funcione como centro de socialização comunitária deve ser um elemento integrante da formação docente nas entidades formadoras de professores no país.

c] As manifestações das desigualdades sociais e da mencionada perversidade encontram um palco frequente nas escolas. Não raro, agentes de segurança são convocados ou denunciados pela comunidade escolar para atuarem no interior das instituições educacionais. Contudo, a presença do aluno com comportamento disruptivo na escola já é indicativa do fracasso de outras esferas sociais, incluindo a segurança pública e autoridades diversas, em promover sua formação cívica adequada. Seria temerário e imprudente atribuir exclusivamente à escola a responsabilidade por tal falha. No entanto, o infortúnio das demais instituições sociais em deter a violência acaba por transferir a problemática para o âmbito escolar. Isso sugere que, mediante uma formação adequada, competências de mediação e compreensão das singularidades no processo social, a escola pode se tornar um vetor na atenuação dessas dinâmicas, contribuindo para a construção de um tecido social menos violento. Assim sendo, diante de um estudante que chega à escola carregando as adversidades e vicissitudes de seu cotidiano, torna-se imperativo o apoio escolar e, por conseguinte, uma transformação no sistema educacional que possibilite as condições necessárias à efetivação do trabalho educativo.

d] Embora os autores supramencionados demonstrem a necessidade de formação e engajamento dos docentes no processo de mediação da violência, é importante considerar que a escola é um corpo que depende, em essência, de um conjunto de profissionais que possam dar esse suporte, encaminhamento e soluções profícuas, o que significa dizer que, ao transbordar da sala de aula, profissionais psicólogos, assistentes sociais, pedagogos, dentre outros, podem dar essa musculatura junto à direção para a permanência do estudante no espaço escolar, na perspectiva da socialização e da erradicação das práticas que levam à

violência.

### **À Guisa de uma (in)conclusão**

Considerando o que foi exposto, torna-se indiscutível que a educação constitui um processo complexo de formação humana, que ultrapassa a simples transmissão de informação. Esse processo evolui a partir da interação entre o anseio de ensinar e o anseio de aprender, interação essa que é frequentemente atravessada por elementos imprevisíveis e por aspectos ineducáveis. Contudo, o crescente desinteresse dos estudantes pelo aprendizado e a elevação alarmante dos índices de violência nas instituições de ensino apontam para uma crise profunda no âmbito educacional.

A realidade do século XXI apresenta desafios sem precedentes para o setor educativo. As transformações no tecido social, caracterizadas por fenômenos de descentralização, horizontalidade, fragilidade e diversidade, repercutem diretamente nas dinâmicas de interação entre os jovens, os profissionais da educação e o ambiente escolar. Em face dessas alterações socioculturais, é essencial que a instituição escolar se reestruture e desenvolva estratégias apropriadas para atender e interagir de forma eficaz com essas novas configurações sociais.

É fundamental revisitar e reformular os paradigmas educacionais vigentes, descartando práticas que perpetuam a centralização do poder e acentuam mecanismos de controle. Essas abordagens, ao contrário de facilitar o processo de aprendizado e de inclusão, frequentemente contribuem para o exacerbamento da violência. Destaca-se a necessidade de implementar uma educação pautada na participação ativa, no diálogo construtivo, na reciprocidade de respeito e na colaboração entre todos os participantes do processo educacional. Ademais, considerar as especificidades e aspirações dos discentes, incorporando elementos inusitados e imprevisíveis ao cotidiano educacional, emerge como um vetor essencial.

A instituição escolar deve evoluir para um espaço genuinamente inclusivo e acolhedor, onde cada aluno perceba sua importância e papel ativo no processo de aprendizagem. Tal transformação implica uma avaliação e remodelação profundas das estruturas e práticas pedagógicas em vigor, incluindo a qualificação e o suporte adequados aos educadores para enfrentarem os desafios impostos pela contemporaneidade.

Além disso, a fomentação de um ambiente educacional que privilegie a diversidade, a

igualdade e o respeito às diferenças é imperativo. Incentivar a conscientização cidadã, cultivando valores como a empatia, a tolerância e o compromisso social, constitui um pilar central.

Portanto, a reflexão sobre o direcionamento futuro da educação demanda urgência. Requer-se uma perspectiva crítica e reformista sobre as dinâmicas escolares e sociais, com o objetivo de estabelecer um contexto educacional capaz de fomentar o desenvolvimento pleno, formando indivíduos críticos, éticos e proativos diante dos desafios de um mundo em fluxo contínuo.

Esta investigação ressalta que não apenas os docentes, mas todos os profissionais inseridos no contexto escolar, ao empregar a educação como uma ferramenta de humanização e transformação, possuem o potencial de remodelar a realidade vigente, mitigando manifestações de violência perpetradas por estudantes, seja no ambiente escolar ou externamente. Para tal, é essencial a análise dos fatores geradores de agressividade e de comportamentos antissociais nos educandos, que podem estar relacionados à carência de valores morais intrínsecos ao seu grupo social.

No cenário educacional contemporâneo, onde o corpo discente apresenta uma vasta diversidade, o professor enfrenta o desafio crucial de promover o diálogo e o respeito mútuo entre os alunos, valorizando suas distintas peculiaridades. A atribuição dessa responsabilidade ao educador, embora significativa, suscita a reflexão sobre o papel compartilhado de outros agentes na comunidade escolar, como pais, alunos, diretores, coordenadores pedagógicos e psicólogos escolares.

Efetivamente, o processo educativo transcende a transmissão de conhecimento acadêmico, assumindo a missão de formar e transformar indivíduos. Nesse contexto, a educação orientada para a humanização emerge como um pilar fundamental, visando não apenas à prevenção da violência, mas também à formação de cidadãos aptos a contribuir positivamente no convívio social de suas comunidades.

É justo ainda, pensarmos na aplicação da Humanização na Educação:

*Participação Ativa dos Pais:* Incentivar um envolvimento mais ativo dos pais e responsáveis no processo educativo e nas atividades escolares pode fortalecer a conexão entre o ambiente doméstico e a escola, promovendo valores como empatia, respeito e cooperação desde a base familiar.

*Empoderamento dos Alunos:* Capacitar os estudantes a assumirem um papel ativo em

sua educação, encorajando a autoexpressão, a liderança e a participação em projetos coletivos, contribui para o desenvolvimento de sua autonomia e responsabilidade social.

*Colaboração Intersetorial:* A integração de esforços entre educadores, coordenadores pedagógicos, psicólogos escolares e outros profissionais pode promover uma abordagem holística à educação, abordando não apenas as necessidades acadêmicas, mas também emocionais e sociais dos alunos.

*Educação para a Cidadania:* A inclusão de programas que enfatizem a formação cidadã, ética e os direitos humanos no currículo escolar é essencial para cultivar nos alunos a consciência sobre seu papel na sociedade e a importância do respeito às diferenças.

*Espaços de Diálogo:* Criar espaços seguros dentro do ambiente escolar para discussões abertas sobre questões sociais, emocionais e comportamentais, facilitando a expressão de sentimentos, o esclarecimento de dúvidas e a resolução de conflitos de maneira construtiva.

Por fim, a humanização na educação, portanto, não é uma tarefa exclusiva dos professores, mas uma missão compartilhada por toda a comunidade escolar. Requer uma abordagem multidisciplinar que integre as diversas dimensões do ser humano, visando à formação integral dos alunos como seres éticos, empáticos e socialmente responsáveis. Implementar práticas educacionais que promovam essa visão humanizada contribui significativamente para a prevenção da violência e a construção de uma sociedade mais justa e pacífica.

## Referências

ABRAMOVAY, M.; RUA, M. G. **Violências nas Escolas**. 2ª ed. Brasília: UNESCO, 2002.

ARENDT, H. *Sobre a violência*. Trad. André Duarte. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

AQUINO, Júlio Groppa. **Da autoridade pedagógica à amizade intelectual: uma plataforma para o *éthos* docente**. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2014.

BORGES, Lilian Faria Porto. **Educação, escola e humanização em Marx, Engels e Lukács**. Revista Educação em Questão. Natal-RN, v. 55, n. 45, p. 101-126, jul./set., 2017.

BENJAMIN, W. *Documentos de cultura, documentos de barbárie: escritos escolhidos*. Seleção e apresentação Willi Bolle; trad. Celeste H. M. Ribeiro de Sousa *et al.* São Paulo: Cultrix, Editora da Universidade de São Paulo, 1986.

BENETTI, S. P. C, Schwartz, C., Soares, G., Macarena, F., & Patussi, M. (2014).

**Psychosocial adolescent psychosocial adjustment in Brazil - perception of parenting style, stressful events and violence.** *International Journal of Psychological Research*, 7(1), 40-48.

COLOMBIER, Claire; MANGEL, Gilbert; PERDRIault, Marguerite. **A violência na escola.** São Paulo, Ed. Summus, 1989.

CURY, Carlos Roberto J. **Educação escolar e Educação no lar: espaços de uma polêmica.** Educação e Sociedade. Campinas, v. 27, n. 96 – Especial, p. 667-688, out., 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v27n96/a03v2796.pdf>

DELORS, J. et al. **Educação: um tesouro a descobrir – Relatório para a UNESCO da comissão internacional sobre educação para o século XXI.**

DRAWIN, C. R. **O paradoxo antropológico da violência.** In: ROSÁRIO, Â. B. do; KYRILLOS NETO, F.; MOREIRA, J. de O. (Orgs.). *Faces da violência na contemporaneidade: sociedade e clínica.* Barbacena: EdUEMG, 2011. p.12-32.

ECCO, Idonir; NOGARO, Arnaldo. **A Educação em Paulo Freire como processo de humanização.** IX Encontro Nacional sobre Atendimento Escolar Hospitalar ENAEH/III Seminário Internacional de Representações Sociais-Educação-SIRSSE. Paraná: SIPD/Cátedra Unesco: PUCPR, 26 a 29/10/2015.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREUD, S. **O futuro de uma ilusão** (1927). In: FREUD, S. *O futuro de uma ilusão, O mal-estar na civilização e outros trabalhos.* Rio de Janeiro: Imago, 1996. v.21, p.11-63. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud).

FREUD, S. **O mal-estar na civilização** (1930). In: FREUD, S. *O futuro de uma ilusão, O mal-estar na civilização e outros trabalhos.* Rio de Janeiro: Imago, 1996. v.21, p.65-148. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud).

GONZALEZ ARROYO, Miguel. **Quando a violência infanto-juvenil indaga a pedagogia.** Educ. Soc., Campinas, v. 28, n. 100, p. 787-807, out. 2007.

GUIMARÃES, Áurea M. **Indisciplina e violência: a ambiguidade dos conflitos na escola.** In: AQUINO, J. G. (Org.). *Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas.* 11. ed. São Paulo: Summus, 1996. p. 73-82.

LEGNANI, Viviane Neves; D'ARAGÃO, Sérgio; SPINOLA, Juliana Moraes; PALADINO, Luiza Mader. **Grupos de adolescentes no espaço escolar: o papel do professor face às fraternidades adolescentes.** Linhas Críticas. Brasília: v. 18, n. 35, pp. 209-226, jan./ abr. 2012. Disponível em: <http://ojs.bce.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/6832>.

LEITE, L. C. **Meninos de rua: a infância excluída no Brasil.** São Paulo: Atual, 2001.

LOPES, C. S. **A violência nas escolas de Maringá – PR.** Acta Sci. Human Soc. Sci.,

SANTOS, D.M. A.A.P.

Ser professor em tempos difíceis, mas não impossíveis: enfrentando a violência no campo educativo.

Maringá, Pr., v. 30, n. 1, p. 35-44, 2008. Disponível em <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/view/2482>

LOPES, C. S. **O professor de Geografia e os saberes profissionais**: o processo formativo e o desenvolvimento da profissionalidade. 2010. 258 f. Tese (Doutorado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MARTINS, L. **Da formação humana em Marx à crítica da pedagogia das competências**. In: DUARTE, N. *Crítica ao fetichismo da individualidade*. São Paulo: Autores Associados, 2004.

PERRENOUD, Philippe. **Escola e Cidadania**: o papel da escola na formação para a democracia. Porto Alegre: Artmed Editora, 2004

ROLIM, Marcos. **Mais Educação, menos violência**: caminhos inovadores do programa de abertura das escolas públicas nos fins de semana. Brasília: UNESCO/Fundação Vale, 2008.

SANTOS, D. M. Antonio de Abreu Pestana. **Fluid times with memories in a dropper**. Simbiotica. Vitória: Univ Federal Espírito Santo, v. 9, n. 1, p. 126-129, 2022. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/237579>

SILVA, Diovana M.; SOARES, Évelin F.; ALLEBRANDT, Lídia. **A Educação como principal meio na prevenção da violência contra a mulher**. Artigo online. 2018. Disponível em: <https://publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/alfabetizacao/article/view/8641/7>

SILVA, Nelson Pedro. **Ética, indisciplina e violência** nas escolas. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

VALLE, L. E. L. R; MATTOS, J. V. M. (Orgs.). **Violência e educação**: a sociedade criando alternativas. Rio de Janeiro: Wak, 2011.

ŽIŽEK, S. **Violência: seis notas à margem**. Lisboa: Relógio D'Água, 2009.

Recebido em: 15 dez.2023.

Aprovado em: 06.mar. 2024.

Revisor(a) de língua portuguesa: o autor

Revisor(a) de língua inglesa: o autor

Revisor(a) de língua espanhola: o autor